

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO (TRE/MA)

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

MANHÃ

4

ANALISTA JUDICIÁRIO

Área: JUDICIÁRIA

CADERNO ÉPSILON

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno ÉPSILON — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A natureza oferece um caminho diferente a cada um.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 23/6/2009, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 24 e 25/6/2009 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 27/7/2009 — Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de 1 a 60, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 4

1 Promulgada em setembro de 2008, a nova Lei do Estágio ainda provoca dúvidas entre empresários e estudantes. Fruto de um longo debate, seu maior objetivo, segundo o ministro do trabalho, Carlos Lupi, era: “Proporcionar a milhões de jovens estudantes brasileiros os instrumentos que facilitem sua passagem do ambiente escolar para o mundo do trabalho”. A lei reconhece o estágio como um “vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e do itinerário formativo do educando”. Isso quer dizer, com todas as letras, que estágio não é emprego. É o ponto de partida para qualquer discussão sobre o tema.

13 O Brasil não dispunha de uma lei que regulamentasse claramente os direitos e deveres das empresas, das escolas e dos estagiários. O presidente do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) explica que, até o ano passado, as regras eram balizadas por decretos, normas e portarias, que começaram a entrar em vigor há 45 anos. Foi quando nasceu o CIEE, responsável por realizar “a ponte entre o mundo do trabalho e o mundo do saber”.

22 Mantido por contribuições das empresas associadas, o CIEE lançou o **Guia Prático para Entender a Nova Lei do Estágio**, com respostas a mais de 30 perguntas acerca das mudanças e normas mais importantes. Entre elas, destacam-se a limitação da jornada diária para seis horas, a obrigatoriedade de pagamento do auxílio-transporte, a concessão do recesso obrigatório de 30 dias após um ano de estágio e o limite máximo de dois anos de permanência em uma mesma empresa.

31 A nova lei não recebeu mais questionamentos quando foi apresentada em setembro de 2008. Algumas poucas vezes se levantaram à época, temendo que mais encargos às empresas inibissem a oferta de vagas. Mas, em geral, foi saudada, principalmente pelos estudantes, cansados de passar o dia em atividades banais pouco instrutivas ou de trabalharem mais de oito horas diárias, sem décimo terceiro, INSS, FGTS, férias.

Celso Marcondes. **Solução ou entrave?** In: *CartaCapital*, 29/4/2009, p. 8-9 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a opção **incorreta** com relação às ideias apresentadas no texto.

- Ⓐ À época da apresentação da Lei do Estágio, as poucas vozes que se levantaram contra ela evidenciavam receio de que houvesse restrição na contratação de estagiários.
- Ⓑ A Lei do Estágio visa propiciar ferramentas para o ingresso de estudantes no mundo do trabalho.
- Ⓒ Entre outras regulamentações, a Lei do Estágio determinou que a jornada de trabalho de estagiários não pode exceder seis horas diárias.
- Ⓓ A Lei do Estágio, por ter causado temor às empresas, inibiu a oferta de vagas em razão do aumento de encargos das empresas.
- Ⓔ A grande maioria dos estudantes considerava o estágio pouco gratificante antes da promulgação da nova lei.

QUESTÃO 2

Assinale a opção **incorreta** com relação às estruturas linguísticas do texto.

- Ⓐ A expressão “Promulgada em setembro de 2008” (l.1) refere-se a “a nova Lei do Estágio” (l.1-2).
- Ⓑ A expressão “Carlos Lupi” (l.4) está entre vírgulas por tratar-se de aposto explicativo.
- Ⓒ A oração “que estágio não é emprego” (l.10-11) completa o sentido do verbo “dizer” (l.10).
- Ⓓ A concordância verbal permaneceria igualmente correta se, em lugar de “destacam-se” (l.24), fosse empregada a forma **destaca-se**.
- Ⓔ O sujeito de “foi saudada” (l.33-34) é **ela**, que corresponde a “oferta de vagas” (l.33).

QUESTÃO 3

Com relação às estruturas linguísticas e à pontuação do texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para completar o sentido da palavra “dúvidas” (l.2), usa-se geralmente a expressão **no sentido em que**.
- Ⓑ Na expressão “seu maior objetivo” (l.3), o pronome refere-se a “ministro do trabalho, Carlos Lupi” (l.4).
- Ⓒ O termo “discussão” (l.12) foi empregado na acepção de **ação de discutir**.
- Ⓓ Em “O Brasil não dispunha” (l.13), o verbo **dispor** está no presente.
- Ⓔ A pontuação do texto permaneceria correta caso se inserisse uma vírgula logo após “banais” (l.35).

QUESTÃO 4

Assinale a opção **incorreta** com relação às estruturas e à pontuação do texto.

- Ⓐ As palavras “Estágio”, “diária” e “após” são graficamente acentuadas devido à mesma regra.
- Ⓑ O verbo **provocar**, utilizado no início do texto, dependendo do contexto em que é empregado, muda de sentido.
- Ⓒ Caso fosse eliminado o acento da palavra “dúvidas” (ℓ.2), o texto ficaria incoerente, pois a forma resultante corresponderia a palavra pertencente a outra classe gramatical.
- Ⓓ Após a palavra “associadas” (ℓ.21), a vírgula é obrigatória.
- Ⓔ Na oração “A nova lei não recebeu mais questionamentos quando foi apresentada em setembro de 2008” (ℓ.30-31), é facultativo o emprego de vírgula logo após a palavra “questionamentos”.

Texto para as questões de 5 a 7

1 Charles Darwin é um paradoxo moderno. Não sob a
 ótica da ciência, área em que seu trabalho é plenamente aceito
 e celebrado como ponto de partida para um grau de
 4 conhecimento sem precedentes acerca dos seres vivos. Sem a
 teoria da evolução, a moderna biologia, incluindo a medicina
 e a biotecnologia, simplesmente não faria sentido. O enigma
 7 reside na relutância, quase um mal-estar, que suas ideias
 causam entre um vasto contingente de pessoas, algumas delas
 fervorosamente religiosas, outras nem tanto. Veja o que
 10 ocorre nos Estados Unidos da América. O país dispõe das
 melhores universidades do mundo, detém metade dos
 cientistas premiados com o Nobel e registra mais patentes do
 13 que todos os seus concorrentes diretos somados. Ainda assim,
 só um em cada dois norte-americanos acredita que o homem
 possa ser produto de milhões de anos de evolução. O outro
 16 considera razoável que nós, e todas as coisas que nos cercam,
 estejamos aqui por dádiva da criação divina.

Gabriela Carelli. **A Darwin o que é de Darwin**.
 In: **Veja**, 11/2/2009, p. 73 (com adaptações).

QUESTÃO 5

Com referência às estruturas linguísticas e às ideias do texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ O substantivo “paradoxo” (ℓ.1) foi empregado com o sentido de **antítese**.
- Ⓑ É correto inferir que Charles Darwin é o pai da teoria da evolução.
- Ⓒ A forma verbal “reside” (ℓ.7) tem sentido completo.
- Ⓓ No último período, existem apenas duas orações, que estão ligadas por meio de relações sintáticas de dependência e independência, simultaneamente.
- Ⓔ A última oração do texto está na voz passiva.

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta com relação às ideias e à tipologia do texto, bem como às palavras nele empregadas.

- Ⓐ Metade dos norte-americanos rejeita a teoria da evolução.
- Ⓑ O plural de “detém” (ℓ.11) grafa-se **detem**.
- Ⓒ No texto, a palavra “precedentes” (ℓ.4) modifica a expressão “ponto de partida” (ℓ.3).
- Ⓓ Os sujeitos de “detém” (ℓ.11) e de “registra” (ℓ.12) são indeterminados.
- Ⓔ Pelos traços linguísticos que apresenta, o texto é predominantemente narrativo.

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta quanto às ideias e estruturas linguísticas do texto.

- Ⓐ As palavras **resistência**, **oposição** e **aversão** são antônimos de “relutância” (ℓ.7).
- Ⓑ Seria correto o emprego de vírgula logo após a expressão “nos Estados Unidos da América” (ℓ.10), no lugar do ponto, desde que a palavra que inicia a oração seguinte fosse grafada com minúscula.
- Ⓒ O período “O país dispõe (...) diretos somados” (ℓ.10-13) fornece um argumento que antecipa a ideia iniciada em “Ainda assim, só um em cada dois norte-americanos (...)” (ℓ.13-14).
- Ⓓ No termo “país” (ℓ.10), o acento é obrigatório.
- Ⓔ A expressão “O país” (ℓ.10) refere-se ao Brasil.

QUESTÃO 8

Julgue os itens abaixo quanto à grafia das palavras neles empregadas.

- I Após ter seu mandato cassado, o prefeito está ansioso para voltar à vida política.
- II A polícia revelou, algumas horas depois do ocorrido, a indetidade do incendiário.
- III Por proceder mal, o profissional foi considerado, um mau colega.
- IV Recentemente, surgiram denúncias de privilégios e malversação dos recursos públicos.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ II e IV.
- Ⓔ III e IV.

QUESTÃO 9

Julgue os itens a seguir quanto ao emprego do acento grave nas frases neles apresentadas.

- I Acostumado à vida parlamentar, o senador resistiu à reação desproporcional pretendida pela bancada oposicionista.
- II A rotina, à qual o ator aderira em 2001, era igual à de sua parceira de novelas.
- III Inúmeros países, à partir daí, não criaram obstáculos à paz.
- IV A globalização financeira, associada à melhores instituições e à estabilidade macroeconômica, contribuiu para elevar a taxa de investimento do Brasil.

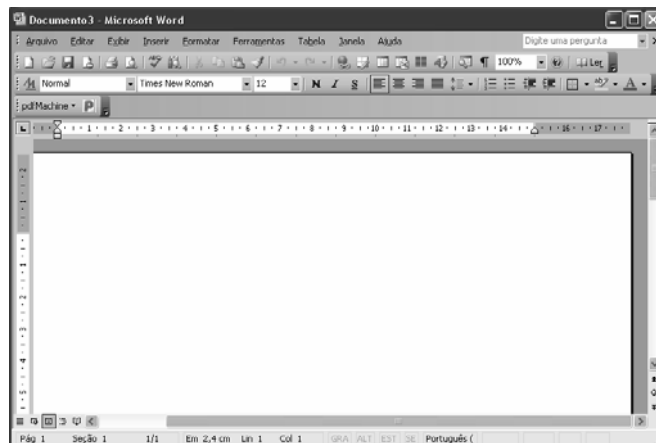
Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e IV.
- E III e IV.






QUESTÃO 10

Quanto à redação oficial, assinale a opção **incorreta**.

- A Correspondência geralmente externa, o ofício só pode ser expedido por órgão público.
- B Na correspondência oficial, o aviso, semelhante a um ofício, é um expediente de secretário de Estado, dirigido a altas autoridades, para dar conhecimento, em sua área, de decisões de caráter administrativo e de ordem geral.
- C O pronome de tratamento conferido a diretores e demais funcionários graduados é Vossa Senhoria.
- D Parecer significa, em termos gerais, um juízo técnico escrito, emitido por um técnico, especialista em determinado assunto ou por um funcionário, para orientar ou facilitar uma decisão sobre determinado assunto, apontando-lhe uma solução favorável, contrária, ou parcialmente favorável.
- E As partes constitutivas de uma ata são as seguintes: introdução; contexto; encerramento; local e data; e assinaturas.

QUESTÃO 11

Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Microsoft Office Word 2003, assinale a opção correta.

- A Os botões , na parte inferior esquerda da janela, podem ser usados, respectivamente, para criar novo documento em branco, salvar o documento em edição como página da Web, salvar o documento atual como outro documento, salvar o documento sem imagem e imprimir o documento em duas páginas por folha.
- B O Word permite comparar duas versões de documentos que estejam abertos, por meio de opção acionada pelo botão  .
- C Para se abrir um documento associado a um arquivo em formato que não seja .doc, convertendo-o em documento do Word 2003, deve-se clicar o botão  .
- D O botão , que permite inserir tabela no documento, executa o programa Microsoft Office Excel para edição avançada de opções de tabela.
- E Para se inserir *hiperlinks* em um documento Word 2003 associados a arquivos na Web, pode-se usar o botão , o qual serve também para incluir *hiperlink* para arquivos armazenados no disco rígido do computador em uso.

QUESTÃO 12

Com relação aos aplicativos do ambiente BR Office, assinale a opção correta.

- A** O Impress, que reconhece arquivos com extensão .odt, é a ferramenta do BR Office utilizada para a criação de documentos, de forma equivalente ao aplicativo Microsoft Office Word.
- B** O BR Office é um *software* gratuito e livre, sendo encontrado em versões que podem ser executadas em diferentes plataformas de *hardware* e sistemas operacionais, incluindo Linux e Windows.
- C** O Calc é o *software* do BR Office usado para a edição de tabelas e cálculos de fórmulas, de forma semelhante ao Excel, mas que possui recursos próprios para a sintaxe das fórmulas e regras de cálculo diferentes das utilizadas no Microsoft Office Excel.
- D** O Writer é um editor de texto do BR Office cuja única limitação é não permitir a edição de documentos em código HTML.
- E** Um documento armazenado em arquivo no formato nativo padrão .odt do BR Office pode ser aberto por qualquer *software* do ambiente BR Office e também pelo Microsoft Office.

QUESTÃO 13

A respeito do sistema operacional Windows, assinale a opção correta.

- A** O Painel de controle do Windows é uma ferramenta de gerenciamento de arquivos e diretórios utilizada para localizar, armazenar e excluir arquivos, bem como compactar ou fazer *backup* de informações.
- B** A área de trabalho (*desktop*) é composta por diversos itens, entre eles, o botão Iniciar, a barra de tarefas, a área de notificação da barra de tarefas, o relógio, assim como os ícones criados pelo usuário.
- C** Para se fazer a troca de usuários cadastrados no Windows, deve-se acionar o botão Fazer logoff e imediatamente reiniciar o computador para que o novo usuário não tenha acesso aos documentos de outros usuários.
- D** A opção de propriedades de disco local, contida na janela Meu computador, apresenta a lista dos arquivos armazenados localmente, para facilitar a execução de um programa sem a necessidade de se usar o botão Iniciar.
- E** A central de segurança do Windows XP oferece duas opções de configuração do *firewall* do Windows: ativado (não recomendada), que não permite exceções; e desativado (recomendada), que oferece uma lista de exceções disponibilizadas pelo fabricante.

QUESTÃO 14

Entre as diferentes distribuições do sistema operacional Linux estão

- A** Conectiva, OpenOffice, StarOffice e Debian.
- B** GNU, Conectiva, Debian e Kernel.
- C** KDE, Blackbox, Debian e Pipe.
- D** Debian, Conectiva, Turbo Linux e Slackware.
- E** Fedora, RedHat, Kurumim e Posix.

QUESTÃO 15

Quanto aos conceitos de Internet e *intranet*, assinale a opção correta.

- A** VPN, *firewall* e serviços de criptografia são recursos especiais que agregam segurança no acesso à Internet.
- B** O protocolo FTP permite o envio e recebimento de mensagens de *e-mail* entre usuários da Internet por meio de programas de correio eletrônico.
- C** O acesso discado à Internet é feito via linha telefônica, sem a necessidade de uma empresa ou provedor de acesso, dada a facilidade de se ter disponível uma ampla rede de telefonia nas grandes cidades.
- D** O ISP (Internet Service Provider) é a instituição que regula o fornecimento de endereços *web* no mundo para a criação de novos sítios da Internet.
- E** As *intranets* podem oferecer os mesmos serviços que a Internet, como transferência de arquivos e acesso a páginas HTML; entretanto, devido ao fato de que seus usuários se conectam em uma área restrita, geralmente institucional, as *intranets* não utilizam o protocolo TCP/IP.

QUESTÃO 16

Acerca das ferramentas de navegação na Internet, assinale a opção correta.

- A** O Internet Explorer é uma ferramenta utilizada para navegar na Internet que também disponibiliza opções de edição de arquivos e tratamento de imagens no formato HTML.
- B** Os *pop-ups* são janelas adicionais abertas automática e obrigatoriamente pelo *browser* para apresentar ao usuário recursos como confirmar senha, imprimir ou enviar uma página por *e-mail*.
- C** O Outlook Express é um *software* de *webmail* do sistema Windows que pode ser usado para gerenciar caixas de correio eletrônico e acessar páginas HTML e que também permite o envio destas a destinatários incluídos no catálogo de endereços do usuário.
- D** É possível configurar qual será o navegador padrão usado para navegação na Web, caso haja mais de um *software* com essa finalidade instalado no computador.
- E** O Firefox é um *browser* que não precisa de *plug-ins* para executar arquivos de som ou vídeo.

QUESTÃO 17

Com relação às ferramentas de busca na Internet, assinale a opção correta.

- A O Google é uma ferramenta de busca para acesso a páginas indexadas pelo sítio Wikipedia em qualquer idioma.
- B As ferramentas de busca disponíveis na Internet evoluíram para permitir o acesso aos arquivos armazenados em máquinas pessoais de todos os usuários que estejam, no momento da busca, conectados à rede.
- C As opções avançadas de busca do Google permitem a combinação de diversas palavras para formar um nome, seja com todas as palavras informadas no campo de busca, seja com qualquer uma das palavras ou até sem uma palavra específica que se deseja utilizar para filtrar a pesquisa.
- D O Mozilla é uma ferramenta de busca avançada na Internet que oferece acesso a páginas que não são apresentadas pelo Google.
- E Na opção de páginas em português do Google, o usuário poderá ter acesso apenas a conteúdos disponíveis no domínio .pt, de Portugal.

QUESTÃO 18






Quanto aos conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas, assinale a opção correta.

- A O nome de um arquivo no Windows pode ser composto por um ou mais caracteres, mas a extensão que identifica o seu formato deve ter, no máximo, dois caracteres, separados por vírgula.
- B Os termos pasta, *folder*, diretório, arquivo e documento são sinônimos.
- C O diretório raiz é um local no disco rígido que contém todos os arquivos de um sistema operacional, arquivos de programas, assim como os arquivos dos usuários, armazenados em seus respectivos diretórios.
- D O Windows Explorer é um aplicativo que oferece a opção de acesso a todos os diretórios criados pelo usuário de um computador, no entanto, por questão de segurança, ele não oferece acesso aos arquivos do sistema operacional nem dos programas instalados no computador.
- E A criação de novos diretórios não é permitida ao usuário comum do Linux, sendo permitida a ele apenas a criação de arquivos que podem ser armazenados em pastas já criadas anteriormente.

QUESTÃO 19



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Internet Explorer 6 (IE6), assinale a opção correta.

- A O botão  disponibiliza funcionalidade que permite bloquear ou desbloquear *pop-ups*.
- B A opção de pesquisa na barra de endereço é acionada pelo botão  Ir.
- C O IE6 não pode ser usado para a navegação pela estrutura de diretórios e arquivos armazenados localmente na máquina do usuário.
- D O botão  é utilizado para atualizar a página acessada pelo usuário.
- E Para se abrir uma nova guia de navegação, deve-se selecionar o botão  ou acessar a opção Abrir nova guia, no menu  Arquivo.

QUESTÃO 20

Os *software* de acesso a páginas HTML da Internet **não** incluem o

- A Windows Explorer e o Internet Explorer.
- B Internet Explorer e o Netscape.
- C Opera e o Firefox.
- D Galeon e o Internet Explorer.
- E Opera e o Outlook Express.

Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CPC = Código de Processo Civil; MP = Ministério Público; RI-TRE/MA = Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TRE = tribunal regional eleitoral; TRE/MA = Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; TRF = Tribunal Regional Federal; TSE = Tribunal Superior Eleitoral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Acerca da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A competência da União para elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social constitui exemplo de norma constitucional programática.
- Ⓑ O preceito constitucional que assegura a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas em lei, constitui norma de eficácia limitada.
- Ⓒ De acordo com o princípio interpretativo da máxima efetividade ou da eficiência das normas constitucionais, devem ter prioridade, quando da resolução de problemas jurídico-constitucionais, critérios que favoreçam a integração política e social.
- Ⓓ A interpretação conforme com redução de texto tem aplicação quando o STF exclui da norma questionada interpretação incompatível com a CF, reduzindo seu alcance valorativo.
- Ⓔ O STF não admite a declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto como instrumento decisório para a obtenção de interpretação conforme a Constituição, de modo a preservar a constitucionalidade da lei ou ato normativo.

QUESTÃO 22

De acordo com as regras constitucionais relativas à organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ O chefe do Poder Executivo federal tem competência para decretar a intervenção em qualquer município situado em toda a extensão do território nacional, enquanto o chefe do Poder Executivo estadual tem competência para decretar a intervenção nos municípios instalados em sua área de atuação.
- Ⓑ Compete privativamente à União legislar sobre direito econômico e penitenciário.
- Ⓒ Cabe à União explorar, em regime de monopólio, em todo o território nacional, os serviços de gás canalizado.
- Ⓓ Compete à União e aos estados legislar concorrentemente sobre trânsito e transporte.
- Ⓔ A CF veda a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais.

QUESTÃO 23

Com relação à organização dos Poderes no Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Poder Legislativo, no exercício de sua função fiscalizadora, pode constituir comissões parlamentares de inquérito, as quais têm poder para quebrar o sigilo bancário, fiscal e de dados e determinar a indisponibilidade de bens da pessoa investigada.
- Ⓑ O STF tem competência constitucional para rever e alterar a decisão do Senado Federal exarada em processo de apuração de crime de responsabilidade do presidente da República.
- Ⓒ Aos juízes é vedado o exercício da advocacia perante qualquer juízo ou tribunal, antes do decurso de três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- Ⓓ Não caberá recurso da decisão do TRE que conceder *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.
- Ⓔ Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de órgãos públicos.

QUESTÃO 24

Quanto ao sistema constitucional de controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O STF considera legítima a utilização da ação civil pública como instrumento de fiscalização incidental de constitucionalidade de leis ou atos do poder público municipal, pela via difusa, quando a controvérsia constitucional não se apresentar como o único objeto da demanda, mas como questão prejudicial, necessária à resolução do conflito principal.
- Ⓑ Compete ao STF processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto lei ou ato normativo municipal que contrarie previsões expressas na constituição estadual, desde que constituam mera repetição de disposição prevista na CF.
- Ⓒ O chefe do Poder Executivo não pode deixar de cumprir lei ou ato normativo que entenda flagrantemente inconstitucional, sob pena de afronta à competência e à atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- Ⓓ A ação declaratória de constitucionalidade não admite a concessão de medida cautelar, sob pena de afronta ao princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos.
- Ⓔ É inadmissível o controle jurisdicional de constitucionalidade de proposição legislativa em trâmite, por ainda não existir lei ou ato normativo passível de controle de constitucionalidade.

QUESTÃO 25

Acerca do Sistema Tributário Nacional e da repartição de receitas tributárias, assinale a opção correta.

- A** A CF atribuiu aos estados competência tributária residual, que consiste na possibilidade de criação de impostos não previstos no texto constitucional, mediante lei complementar.
- B** Os municípios têm competência constitucional para instituição de contribuição para custeio de serviço de iluminação pública, a qual pode ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica.
- C** Segundo o princípio da anterioridade tributária, não se revela possível a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei instituidora ou que os tenha majorado.
- D** Os estados não poderão condicionar a entrega de recursos aos municípios ao pagamento de seus créditos.
- E** Os municípios têm direito à integralidade do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

QUESTÃO 26

No tocante aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** A imperatividade é atributo presente em todos os atos administrativos, inclusive naqueles que conferem direitos solicitados pelos administrados e nos atos enunciativos.
- B** A tipicidade é atributo do ato administrativo constante unicamente nos atos unilaterais, razão pela qual não se faz presente nos contratos celebrados pela administração pública.
- C** A permissão é ato administrativo bilateral e vinculado pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.
- D** A revogação do ato administrativo produz efeitos *ex tunc*.
- E** O ato administrativo se sujeita ao regime jurídico de direito público ou de direito privado.

QUESTÃO 27

No que se refere ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** Os recursos administrativos terão efeito suspensivo somente quando houver previsão legal expressa.
- B** A reclamação constitui modalidade de recurso administrativo por meio do qual é veiculada denúncia de irregularidades perante a própria administração pública ou perante os demais entes de controle.
- C** As constituições estaduais podem estabelecer outras modalidades de controle do Poder Legislativo sobre a administração pública além das previstas na CF.
- D** Invade o mérito do ato administrativo o exame, pelo Poder Judiciário, dos motivos que levaram à prática desse ato.
- E** Configura controle interno, decorrente da autotutela, aquele exercido pela própria administração sobre os atos administrativos praticados no âmbito da administração pública direta e da indireta.

QUESTÃO 28

No que concerne aos institutos da licitação e dos contratos no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

- A** Os contratos administrativos devem ser formalizados por instrumento lavrado em cartório de notas, sob pena de invalidade.
- B** Nenhuma cláusula estranha ao edital de licitação pode ser acrescentada ao contrato posteriormente celebrado pela administração pública, sob pena de nulidade do ato.
- C** Constitui hipótese de dispensa de licitação a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, de profissionais de notória especialização.
- D** A adjudicação é ato administrativo discricionário.
- E** A licitação fracassada autoriza a contratação direta por parte da administração, por constituir hipótese de dispensa de licitação.

QUESTÃO 29

Em relação aos serviços públicos e aos agentes administrativos, assinale a opção correta.

- A** A prestação de serviço público não abrange o desempenho de atividades de natureza comercial e industrial.
- B** No contrato de concessão de serviço público, havendo a encampação, o concessionário não tem direito à indenização por eventuais prejuízos.
- C** A autorização de serviço público constitui ato administrativo bilateral, vinculado e precário.
- D** Os empregados públicos são contratados sob regime da legislação trabalhista, aplicável com as alterações oriundas da CF, bem como mediante as derrogações promovidas pelos estados no âmbito das respectivas constituições estaduais.
- E** Não se exige a realização de concurso público para o exercício de função pública.

QUESTÃO 30

Considerando a hipótese de que Antônio seja juiz federal e se candidate a juiz do TRE de determinada unidade da Federação, assinale a opção correta.

- A** É impossível a pretensão de Antônio, pois juiz ou desembargador de TRF não integra TRE.
- B** Uma única vaga de TRE é destinada a juiz de TRF, onde houver.
- C** Desde que a indicação de Antônio seja do STF, é possível a pretensão desse magistrado.
- D** É possível a pretensão de Antônio, desde que a sua indicação seja do STJ.
- E** É impossível a pretensão de Antônio, pois juiz de primeira instância não integra TRE.

QUESTÃO 31

Artur, com 17 anos de idade, registrou-se como eleitor e filia-se tempestivamente a um partido político para concorrer ao cargo de vereador.

Nessa situação hipotética, em face das disposições constitucionais e legais a respeito da candidatura, Artur

- A) poderá tomar posse no cargo, desde que tenha completado 18 anos de idade até a data da posse no cargo.
- B) deverá ter sua candidatura negada pela justiça eleitoral, por não cumprir exigência constitucional de idade mínima.
- C) somente será legalmente considerado candidato se completar 18 anos de idade até a data da eleição.
- D) deverá ter sua candidatura declarada ilegal, em qualquer situação, pois a idade mínima, no caso, é de 21 anos de idade.
- E) poderá ser legalmente considerado candidato somente se for emancipado pelos pais ou responsável.

QUESTÃO 32

Considerando-se uma eleição para o Senado Federal na qual são disputadas duas vagas, como as que ocorrerão em 2010, assinale a opção correta, segundo a disciplina das leis eleitorais.

- A) Os votos dos candidatos de cada partido ou coligação devem ser somados para que se definam os eleitos.
- B) Os eleitos devem ser definidos de acordo com o sistema eleitoral proporcional adotado no Brasil.
- C) Devem ser eleitos os dois candidatos do mesmo partido ou coligação do candidato a governador que vencer as eleições.
- D) A eleição para o Senado Federal, nesse caso, combina o sistema majoritário com o proporcional.
- E) Devem ser eleitos os dois candidatos que receberem mais votos.

QUESTÃO 33

No dia da eleição, o transporte e a alimentação de eleitores até o local da votação é tema de disputas políticas e legais. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A) A indisponibilidade de transporte exige o eleitor da área rural da obrigação de votar.
- B) O veículo de uso individual do candidato pode ser usado para transportar a família e outros eleitores sem acesso a condução.
- C) O fornecimento gratuito de refeição por qualquer candidato, mesário ou juiz eleitoral invalida a eleição.
- D) A justiça eleitoral pode requisitar, sem indenização, embarcações e veículos a particulares.
- E) A recusa do particular a fornecer veículo requisitado pela justiça eleitoral constitui crime eleitoral.

QUESTÃO 34

A respeito da vigência, da aplicação, da integração e da interpretação da lei, assinale a opção correta.

- A) A interpretação da lei realizada pelo aplicador do direito constitui exemplo de interpretação autêntica.
- B) Na interpretação extensiva, rompe-se com os limites do que está previsto na norma, operando-se a sua integração.
- C) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes não revoga a lei anterior.
- D) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser arguida pela outra como exceção pessoal.
- E) A capacidade e a obrigação de prestar fatos constituem exemplos de atributos da personalidade.

QUESTÃO 35

A respeito do domicílio, dos bens, dos fatos e atos jurídicos, assinale a opção correta.

- A) O domicílio do tutelado é voluntário.
- B) São classificados como pertencas os bens jurídicos que, não constituindo partes integrantes, se destinam ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro bem.
- C) Bens principais e acessórios são espécies da classificação de bens considerados em si mesmos ou em relação à própria natureza.
- D) A semente lançada à terra constitui bem móvel por acesso artificial.
- E) É nulo o negócio jurídico quando viciado por lesão.

QUESTÃO 36

Acerca dos fatos e atos jurídicos, dos atos ilícitos, da decadência, da prescrição e das relações de parentesco, assinale a opção correta.

- A) O contrato de compra e venda é negócio jurídico unilateral não receptício.
- B) Para se caracterizar o abuso de direito, é imprescindível a prova de que o agente agiu culposamente.
- C) Tratando-se de ilícito penal, o termo inicial da prescrição inicia-se com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- D) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e só vale, sendo feita sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- E) A afinidade do parentesco na linha reta extingue-se com a dissolução do casamento.

QUESTÃO 37

A respeito das relações de parentesco, dos contratos, da responsabilidade civil e dos registros públicos, assinale a opção correta.

- A) A adoção de pessoa maior e capaz pode ser instituída por escritura pública.
- B) Quando ratificados pelo dono, os atos praticados pelo gestor de negócios têm efeitos *ex tunc*.
- C) O contrato de locação de bem imóvel constitui exemplo de ato jurídico em sentido estrito.
- D) A responsabilidade civil subjetiva funda-se na teoria do risco.
- E) O registro do imóvel pode ser anulado, por decisão administrativa, a cargo do próprio oficial registrador, de ofício ou a requerimento da parte prejudicada.

QUESTÃO 38

A respeito da jurisdição, da ação, da competência, do processo e dos pressupostos, segundo o direito processual civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O meio de se provocar a jurisdição é a exceção processual, direito público subjetivo a um pronunciamento estatal que solucione o litígio.
- Ⓑ A teoria eclética da ação — que não é adotada pelo CPC — proclama que a jurisdição só pode ser acionada se houver o direito material postulado.
- Ⓒ Pressupostos processuais em sentido lato são requisitos que legitimam o autor a pleitear a tutela do Estado.
- Ⓓ O CPC abriga três espécies de processos: ordinário, sumário e sumaríssimo.
- Ⓔ O valor da causa é critério que não se presta à fixação da competência do foro, mas as normas de organização judiciárias da União, dos estados e do DF podem se valer desse critério para a fixação da competência do juízo.

QUESTÃO 39

Acerca da capacidade, do intercâmbio, dos sujeitos, das cartas e dos prazos processuais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O prazo peremptório não pode ser prorrogado pelo juiz.
- Ⓑ Aplica-se o princípio da identidade física do juiz aos mandados de segurança.
- Ⓒ No Brasil, o cumprimento da carta rogatória citatória estrangeira independe de *exequatur*.
- Ⓓ Os protestos, as notificações e as interpelações não constituem modalidades de comunicação de atos processuais.
- Ⓔ O nascituro não detém capacidade de ser parte processual.

QUESTÃO 40

Acerca da suspeição e do impedimento do juiz, da competência e sua modificação e das provas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aplica-se o princípio da instrumentalidade das formas e dos atos processuais às hipóteses de nulidades absolutas.
- Ⓑ Tem-se como defeso de atuar no processo de jurisdição voluntária o juiz que for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- Ⓒ A competência jurisdicional figura como pressuposto de existência do processo.
- Ⓓ A modificação da competência alcança as hipóteses de competência absoluta, desde que seja esta determinada pelo critério territorial.
- Ⓔ Quando o depoimento pessoal é determinado de ofício pelo juiz, sendo a parte intimada pessoalmente, constando do mandado que se presumem confessados os fatos contra ela alegados, caso injustificadamente não compareça ou, comparecendo, se recuse a depor, o juiz aplica a ela a pena de confissão.

QUESTÃO 41

Com base no procedimento comum ordinário, assinale a opção correta.

- Ⓐ O pedido cominatório não tem caráter indenizatório.
- Ⓑ Da decisão que indefere parcialmente a petição inicial cabe recurso de apelação.
- Ⓒ A apreciação da conexão processual pelo juiz depende de arguição do réu.
- Ⓓ O juiz excepto pode julgar improcedente a exceção de impedimento.
- Ⓔ Os pressupostos processuais podem tipificar a questão prejudicial a ser decidida na ação declaratória incidental.

QUESTÃO 42

Acerca da coisa julgada, do mandado de segurança, da ação civil pública e da ação popular, dos recursos e da execução fiscal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O efeito formal da coisa julgada pode ser declaratório, condenatório ou constitutivo.
- Ⓑ Mostra-se cabível a propositura da ação de mandado de segurança contra decisão judicial de mérito sob o manto da coisa julgada material.
- Ⓒ A admissibilidade da ação civil pública em nada prejudica o cabimento da ação popular e de outras ações, individuais ou coletivas, com a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- Ⓓ O efeito devolutivo dos recursos enseja o retorno da matéria impugnada ao próprio órgão judiciário prolator da decisão recorrida.
- Ⓔ A execução de multa eleitoral aplicada pelo TRE deve ser promovida pela União, por intermédio da Procuradoria da Fazenda Nacional e perante o juízo eleitoral do domicílio do devedor.

QUESTÃO 43

Em relação aos institutos de direito penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tentativa imperfeita ocorre quando o agente pratica todos os atos de execução, mas não chega a atingir a vítima.
- Ⓑ A desistência voluntária e o arrependimento eficaz provocam a exclusão da adequação típica indireta, respondendo o autor pelos atos até então praticados e, não, pela tentativa.
- Ⓒ Ocorrendo erro de tipo essencial escusável que recaia sobre elementar do crime, exclui-se o dolo do agente, que responde, no entanto, pelo delito na modalidade culposa, se previsto em lei.
- Ⓓ Pela teoria da acessoriedade limitada, o partícipe somente responde pelo crime se o fato principal for típico e ilícito, e o autor, culpável.
- Ⓔ Ainda que favoráveis as circunstâncias judiciais, é inadmissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados à pena privativa de liberdade igual ou inferior a quatro anos.

QUESTÃO 44

A respeito dos crimes contra a fé pública, assinale a opção correta.

- A** A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de moeda falsa, de competência da justiça federal.
- B** Em se tratando de concurso de crimes em que um deles tutela a fé pública, a jurisprudência do STJ inadmite a absorção de um delito de pena mais grave por outro de pena menor.
- C** A substituição de fotografia no documento de identidade verdadeiro caracteriza, em tese, o delito de falsa identidade.
- D** Aquele que, por solicitação de um policial, apresenta carteira de habilitação falsa não comete o crime de uso de documento falso, uma vez que a conduta não foi espontânea.
- E** No delito de falsidade ideológica, o documento é formalmente perfeito, sendo, no entanto, falsa a ideia nele contida.

QUESTÃO 45

Quanto aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A** No delito de peculato, é desnecessário o elemento subjetivo do tipo denominado *animus rem sibi habendi*, sendo certo que o mero uso do bem público para satisfazer interesse particular, ainda que haja devolução posterior, configura o crime em tela.
- B** Os crimes contra a administração pública, ainda que considerados de menor potencial ofensivo, não se sujeitam ao rito dos juizados especiais.
- C** É inadmissível a aplicação do princípio da insignificância aos delitos praticados contra a administração pública.
- D** A formalidade do compromisso não integra o crime de falso testemunho, razão pela qual quem não é obrigado pela lei a testemunhar, mas que se dispõe a fazê-lo e é advertido pelo juiz, mesmo sem ter prestado compromisso, pode ficar sujeito às penas do crime de falso testemunho.
- E** A autoridade administrativa que se nega a cumprir ordem judicial para satisfazer sentimento pessoal pratica o delito de desobediência.

QUESTÃO 46

Com respeito aos crimes de abuso de autoridade e contra as finanças públicas, assinale a opção correta.

- A** Constitui abuso de autoridade qualquer atentado ao sigilo de correspondência, ao livre exercício de culto religioso e à liberdade de associação.
- B** Compete à justiça militar processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, quando praticado em serviço.
- C** Constitui conduta típica autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, ainda que a despesa possa ser paga no mesmo exercício financeiro.
- D** No delito de prestação de garantia graciosa, o sujeito passivo é apenas a União, uma vez que, no âmbito das demais unidades da Federação, inexistente possibilidade de prestar essa garantia.
- E** Ordenar a colocação, no mercado financeiro, de títulos da dívida pública, devidamente criados por lei, mas sem registro no sistema centralizado de liquidação e de custódia, não constitui crime, mas mera infração administrativa.

QUESTÃO 47

Em relação aos princípios gerais de direito processual penal e à ação penal, assinale a opção correta.

- A** O princípio da *par conditio* significa que o juiz forma sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, sendo-lhe vedado fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- B** Pelo princípio da iniciativa das partes, cabe à parte provocar a prestação jurisdicional, sendo vedado ao juiz agir de ofício, especialmente quanto a questões probatórias.
- C** Em regra, o ofendido, ou seu representante legal, decai no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado da data do crime.
- D** Ação penal secundária é aquela em que a lei estabelece um titular ou uma modalidade de ação penal para determinado crime, mas, mediante o surgimento de circunstâncias especiais, prevê, secundariamente, nova espécie de ação para aquela mesma infração.
- E** No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação penal privada personalíssima passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

QUESTÃO 48

A respeito da jurisdição, da prova no âmbito do processo penal e dos sujeitos processuais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não compete originariamente ao STF a execução de sentenças nas causas de sua competência originária, cabendo tal função ao juízo competente de primeiro grau do local do fato.
- Ⓑ A CF cuida de regular apenas a chamada competência absoluta, sem tratar da competência de foro, regulada por legislação infraconstitucional.
- Ⓒ A prova ilícita por derivação deve ser desentranhada do processo, ainda que obtida por uma fonte independente da prova principal contaminada.
- Ⓓ Caso o chefe do crime organizado de determinado estado, custodiado em presídio de segurança máxima, receba carta de um comparsa com informações acerca do sequestro do governador desse estado, que seria realizado no dia seguinte, o ordenamento jurídico proíbe que a administração penitenciária intercepte a referida carta, em respeito à garantia constitucional do sigilo de correspondência; além disso, caso ocorra a interceptação, o conteúdo da carta não poderá ser considerado meio de prova contra o destinatário.
- Ⓔ O assistente do MP somente é admitido até a sentença de primeiro grau e recebe a causa no estado em que se achar.

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta com relação à prisão, à liberdade provisória e aos atos e prazos processuais.

- Ⓐ Não cabe prisão preventiva na hipótese de crime culposos, de contravenção penal e no caso de o réu ter agido acobertado por causa de exclusão da ilicitude.
- Ⓑ A chamada prisão para averiguação é a privação momentânea da liberdade fora das hipóteses de flagrante e sem ordem escrita do juiz competente. Apesar de ser inconstitucional, tal prisão não configura crime de abuso de autoridade.
- Ⓒ O indivíduo que, tendo praticado o delito de roubo a uma farmácia, for perseguido, logo após, por autoridades policiais, e, durante a fuga, na iminência de ser alcançado e preso, dirigir-se ao distrito policial mais próximo para se entregar, não pode ser preso em flagrante, por ter-se apresentado espontaneamente.
- Ⓓ No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado de intimação ou da carta precatória ou de ordem.
- Ⓔ Na hipótese de concurso de crimes, a concessão de liberdade provisória considera cada conduta isoladamente, de forma que a fiança deve ser concedida ainda que a soma das penas mínimas cominadas seja superior a dois anos de reclusão, mas, individualmente consideradas, não ultrapassem tal prazo.

QUESTÃO 50

No que se refere à sentença, aos juizados especiais criminais e às nulidades, assinale a opção correta.

- Ⓐ Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal ausente da acusação, o MP deve aditar a denúncia. Tal providência só é imprescindível se a nova definição resultar na tipificação de crime mais grave que aquele pelo qual fora o réu denunciado, ficando dispensada na hipótese de a pena ser menor.
- Ⓑ Admite-se a suspensão condicional do processo por crime continuado, ainda que a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto seja superior a um ano.
- Ⓒ Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remete a questão ao procurador-geral, o que se faz necessário também na hipótese de recusa do órgão acusador em primeiro grau de jurisdição a proceder ao aditamento de que trata o instituto da *mutatio libelli*, resultante de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal inexistente na acusação.
- Ⓓ Em respeito ao princípio do devido processo legal, deve ser declarada a nulidade do ato processual viciado, ainda que não tenha influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- Ⓔ Segundo o princípio *pas de nullité sans grief*, aplicável até mesmo às nulidades absolutas, nenhum ato é declarado nulo se da nulidade não resulta prejuízo para a acusação ou para a defesa.

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta a respeito do *habeas corpus*, do processo e julgamento dos crimes contra a honra e da interceptação telefônica.

- Ⓐ Compete originariamente ao STF o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.
- Ⓑ É cabível *habeas corpus* contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- Ⓒ Os crimes contra a honra, ainda que considerados de menor potencial ofensivo, devem ser processados segundo o rito especial previsto no Código de Processo Penal, afastando-se a competência dos juizados especiais criminais.
- Ⓓ É admissível a interceptação de comunicações telefônicas, ainda que o fato investigado constitua infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- Ⓔ Constitui crime realizar não apenas interceptação de comunicações telefônicas, mas também de informática ou telemática.

QUESTÃO 52

Acerca dos princípios constitucionais da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo os princípios da legalidade e da finalidade, os poderes concedidos à administração pública devem ser respaldados pelas devidas disposições legais. No entanto, tais poderes são ampliados quando a sua atuação fica aquém do mínimo necessário para suprir as demandas de atendimento ao interesse coletivo.
- Ⓑ O princípio da publicidade é um requisito formal dos atos administrativos, contratos e procedimentos, pois apenas a partir da publicação por instrumentos oficiais de divulgação, a exemplo dos diários oficiais, é que tais ações tornam-se transparentes e efetivas.
- Ⓒ O princípio da moralidade administrativa, por possuir relação com o princípio da legalidade, impõe que um ato, para ser legal, isto é, esteja em conformidade com a lei, precisa ser necessariamente moral.
- Ⓓ Diferentemente do princípio da legalidade, o princípio da publicidade possui exceções, quando se refere, por exemplo, à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas.
- Ⓔ O princípio da autotutela refere-se ao poder e dever de declarar a nulidade dos próprios atos, desde que praticados em desacordo com a lei.

QUESTÃO 53

A respeito da organização e estrutura da administração pública brasileira, assinale a opção correta.

- Ⓐ Uma entidade é considerada desconcentrada quando as suas competências e, por consequência, o poder decorrente delas forem distribuídos entre outras entidades da administração pública.
- Ⓑ Quanto à posição estatal, um órgão público autônomo é um centro de competência despersonificado, criado por lei, representativo dos poderes do Estado e que não possui qualquer subordinação hierárquica.
- Ⓒ As agências reguladoras possuem a função de regulamentação, controle e fiscalização dos serviços públicos delegados ao setor privado, enquanto as agências executivas têm por objetivo a execução de atividades administrativas.
- Ⓓ O sistema S — SENAI, Sesi, Sesc, SENAC e SEBRAE — é considerado uma organização da sociedade civil de interesse público, concretizado por meio de um contrato de gestão em que são discriminadas as atribuições, obrigações e responsabilidades do poder público e da organização, bem como os incentivos a serem recebidos do Estado para sua execução.
- Ⓔ As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, integrantes da administração direta, para desempenhar funções que sejam atípicas do Estado.

QUESTÃO 54

Considerando a Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale opção **incorreta**.

- Ⓐ Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, com vistas ao provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- Ⓑ Não é permitida a prestação de serviços gratuitos, salvo nos casos previstos em lei.
- Ⓒ A investidura em cargo público ocorre com a nomeação.
- Ⓓ O servidor que ocupa cargo em comissão ou de natureza especial pode ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições que atualmente ocupa, hipótese em que deve optar pela remuneração de um deles enquanto durar a interinidade.
- Ⓔ As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais podem prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas de outros países, segundo as normas e os procedimentos dessa lei.

QUESTÃO 55

Em relação à Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta quanto ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

- Ⓐ O servidor será exonerado do cargo ou o ato de sua designação para função de confiança será tornado sem efeito, se ele não entrar em exercício no prazo improrrogável de quinze dias, contados da data da posse.
- Ⓑ Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo sujeita-se a estágio probatório durante o qual a sua aptidão e capacidade são objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os fatores de assiduidade, responsabilidade, capacidade interpessoal, disciplina, produtividade e iniciativa.
- Ⓒ Respalda pela CF, a lei em questão determina que o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade no serviço público ao completar dois anos de efetivo exercício.
- Ⓓ O servidor em estágio probatório pode exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação e somente pode ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargo de natureza especial ou cargo de provimento em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (DAS) de níveis 6, 5 e 4 ou equivalentes.
- Ⓔ O servidor não aprovado no estágio probatório deverá ser reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, se estável.

QUESTÃO 56

Se um servidor público estável for aprovado em outro concurso público que ofereça melhor remuneração, em cargo inacumulável, após sua posse no novo cargo, ficará caracterizada, em relação ao cargo anterior,

- A redistribuição.
- B vacância por posse.
- C remoção.
- D demissão do servidor, gerando a vacância no antigo cargo.
- E exoneração do cargo.

QUESTÃO 57

Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor que não for redistribuído é colocado em disponibilidade ou, ainda, fica sob a tutela do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC). Essa forma de provimento denomina-se

- A readaptação.
- B reversão.
- C reintegração.
- D recondução.
- E aproveitamento.

QUESTÃO 58

Acerca do RI-TRE/MA — Resolução n.º 1.533/1997, alterada pela Resolução n.º 3.597/2001 —, assinale a opção correta em relação à composição e organização do TRE/MA.

- A Entre outros, o TRE/MA compõe-se, mediante eleição por voto secreto, de dois juízes, entre os ministros do STJ.
- B Em caso de eleição municipal, o impedimento do juiz que serve no TRE/MA dá-se somente em relação ao município e não ocorre, nessa hipótese, afastamento.
- C Os juízes efetivos e suplentes do TRE/MA, salvo motivo justificado, servem por dois anos, não podendo ultrapassar dois biênios consecutivos, os quais são contados de forma ininterrupta, descontando-se apenas os afastamentos decorrentes de férias.
- D O presidente do TRE/MA é escolhido pelo presidente da República entre os indicados em lista tríplice pelo tribunal.
- E Um juiz efetivo pode voltar a integrar o tribunal após servir dois biênios consecutivos, se transcorrido um ano após o término do segundo biênio.

QUESTÃO 59

Com respeito ao RI-TRE/MA, julgue os itens a seguir.

- I Compete ao tribunal processar e julgar originariamente o registro de candidato a governador, vice-governador e membros da Assembleia Legislativa.
- II Compete ao presidente do tribunal apreciar a admissibilidade dos recursos interpostos contra as decisões do tribunal e encaminhá-los ao TSE.
- III A constituição das juntas eleitorais do estado do Maranhão não é da competência do TRE/MA, mas, sim, do TSE.
- IV Compete ao vice-presidente do TRE/MA despachar os processos administrativos referentes ao presidente desse tribunal.
- V Não cabe recurso contra as decisões disciplinares do corregedor regional eleitoral.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 60

Em relação à ordem do serviço no tribunal consoante dispõe o RI-TRE/MA, assinale a opção correta.

- A Será revisor do processo o juiz a quem tiver sido distribuído o feito.
- B As inexactidões materiais ou erros de cálculo contidos no acórdão somente podem ser corrigidos por embargos de declaração.
- C Realizado o julgamento do processo, cabe sempre ao relator, ainda que tenha sido voto vencido, apresentar a redação do acórdão.
- D As audiências necessárias à instrução do feito cujo processo seja de competência originária do tribunal são realizadas em qualquer dia útil, cientes as partes e o procurador regional eleitoral.
- E As decisões do tribunal são lavradas sob o título de enunciados.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além do limite máximo de linhas disponibilizado será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Considerando as regras constitucionais pertinentes à organização da justiça eleitoral, discorra sobre os tribunais regionais eleitorais, sua composição, modo de escolha dos seus membros e de seu presidente, garantias, tempo de serviço dos membros no tribunal e finalidade da fixação do período, bem como acerca da recorribilidade de suas decisões.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

